

## **Algumas idéias sobre as negociações comerciais brasileiras no período 2003-2007<sup>1</sup>**

*Adhemar S. Mineiro\**

Desde o final do ano passado, vimos uma forte movimentação do governo brasileiro em geral, e do Ministério das Relações Exteriores em particular, na tentativa de retomada das negociações da Rodada de Doha, rodada em curso de negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC). O impasse central, como é sabido, se dá em torno da tentativa de abertura de mercados e redução de subsídios, em produtos agrícolas, dos países de maiores mercados, particularmente os EUA e a União Européia, em troca da abertura do mercado de produtos industriais e serviços dos países em desenvolvimento.

Essa equação, na verdade, não é nova. Ela já se deu antes, nas negociações hoje suspensas tentando criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e nas congeladas negociações entre o Mercosul e a União Européia. A posição central brasileira em todos esses casos foi uma busca firme pela expansão das possibilidades de negócios para a grande agricultura comercial de exportação brasileira, mas com limites no sentido de proteger alguns elementos que permitissem políticas de desenvolvimento industrial e a capacidade de regulação interna nos setores de serviços e nos temas ligados à propriedade industrial, defesa da concorrência e investimentos que, embora não muito firmes e/ou extensos, foram questionados pelos negociadores com os quais o país negociava.

Essa contradição é interessante, especialmente no momento em que as discussões internas no Brasil apontam para a questão do crescimento econômico, em especial pelo lançamento do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, pois existe de um lado o objetivo do crescimento econômico, e de outro, a idéia de uma priorização da ampliação da opção preferencial pelo mercado externo, pelos saldos comerciais, que não podem garantir o crescimento acelerado, como mostrado nos últimos quatro anos. Ou seja, por maior que seja

---

<sup>1</sup> Texto produzido para o seminário “Pensando uma agenda para o Brasil – Desafios e Perspectivas”, organizado pelo INESC, Brasília, Junho de 2007.

o dinamismo do setor exportador, e ele foi bastante dinâmico nesses últimos quatro anos, ele é limitado no sentido de alavancar o crescimento econômico.

Ano	Exportação	Importação	Saldo Comercial	Exportações + Importações	Crescimento das Exportações	Crescimento do Saldo Comercial	Crescimento de Exportações + Importações	Crescimento PIB
	(em US\$ milhões)	(em US\$ milhões)	(em US\$ milhões)	(em US\$ milhões)	(anual, em %)	(anual, em %)	(anual, em %)	(anual, em %)
2002	60362	47237	13125	107599				1,9%
2003	73084	48305	24780	121389	21,1%	88,8%	12,8%	0,5%
2004	96475	62813	33662	159288	32,0%	35,8%	31,2%	4,9%
2005	118308	73606	44703	191914	22,6%	32,8%	20,5%	2,3%
2006	137470	91396	46074	228865	16,2%	3,1%	19,3%	2,9%

Elas refletem, nas negociações comerciais, uma ambigüidade que tem marcado o governo atual desde seu início, entre a manutenção da ortodoxia monetária e financeira na gestão da política macroeconômica (o que implica juros altos, câmbio apreciado e enorme esforço exportador para tentar minimizar a fragilidade das contas externas gerada pela liberalização financeira e dos movimentos de capital) e os sonhos de um crescimento econômico mais acelerado e a redução das taxas de desemprego (o que implicaria políticas industriais ativas e ênfase no mercado interno). Esse é o ponto central das breves idéias que aqui se tentará desenvolver.

#### Algumas novidades do governo atual

Uma das maiores novidades relativas ao governo eleito em 2002, e reeleito no ano passado, foi uma maior abertura no que diz respeito às informações e a momentos de participação na formação da posição negociadora brasileira em vários dos processos negociadores nos quais o Brasil se envolveu ou estava envolvido neste período.

Assim., é foram abertos alguns espaços de integração e diálogo com as organizações da sociedade, e também com o setor empresarial, algumas vezes mais formais, outros ainda informais. Também, e em alguns momentos, foram abertos espaços formais de participação

no interior das delegações negociadoras, em particular no processo de negociação relativo à tentativa de criação da ALCA.

Entretanto, vale aqui o registro de que o grau de formalização e de transparência parece ter sido o tempo todo inversamente proporcional aos interesses dos negociadores brasileiros, capitaneados pelo Ministério de Relações Exteriores, de caminhar rapidamente para um acordo. Comparando os processos, a transparência e formalização foram bastante amplas no processo de discussão para uma eventual criação da ALCA, inclusive com a participação formalizada em delegações negociadoras a partir da reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA em Trinidad e Tobago, no finalzinho de Setembro de 2003. A transparência foi ampla, mas os mecanismos de participação informal no processo negociador entre o Mercosul e a União Européia, acelerados ao longo do ano de 2004. No que diz respeito às negociações no interior da OMC, da Rodada de Doha, em geral houve razoável nível de informação e transparência, mas a partir do travamento do processo negociador em meados de 2006, e do papel ativo do Brasil em tentar a retomada das negociações e a chegada a um eventual acordo, a partir inclusive do envolvimento direto e ativo do Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, as informações tornadas públicas sobre o que efetivamente se estava negociando foi se tornando escassa, e a participação, mesmo informal, inviabilizada.

Outra novidade, não menos importante, mas esperada em relação a este governo e ao conjunto de forças que o compõe, foi não assumir diretamente os dogmas liberais, e se mover com razoável pragmatismo nos processos negociadores em que esteve envolvido. O pensamento econômico liberal hegemônico, o mesmo que levou à constituição da agenda da OMC nos anos 90 e aos processos de negociação para a criação da ALCA ou entre o Mercosul e a União Européia, reafirmava permanentemente a convicção de que o livre comércio e o livre fluxo de capitais podem, juntos, gerariam um ambiente econômico capaz de estimular o desenvolvimento e responder às demandas sociais. Em geral, a pressão sobre os países menos desenvolvidos é no sentido de que se integrem mais no fluxo internacional de comércio, e tornem possíveis as transferências financeiras relacionadas aos pagamentos

de dívidas e outros passivos externos, e ao fluxo e refluxo internacional dos capitais financeiros.

Nesse modelo geral, a opção dada a esses países é a integração nos fluxos do comércio internacional através da produção de *commodities*, podendo ser *commodities* industriais, mas, principalmente, produtos primários agrícolas e minerais, com a exceção, no primeiro caso, daqueles produtos que podem afetar interesses de produtores em economias hegemônicas, como o algodão nos EUA ou o açúcar na Europa, por exemplo. Normalmente, a produção dessas mercadorias é intensiva em utilização de área e recursos naturais, e especialmente agressiva ao ambiente. Além disso, a defesa da concentração de países mais pobres nessas produções representa um retorno de quase 50 anos no debate econômico, uma volta à velha discussão sobre os termos de troca. As *commodities* têm seus preços determinados pelo chamado mercado internacional, isto é, pelos grandes consumidores e pelos controladores do circuito de comercialização (a maioria dos quais são corporações transnacionais, com a exceção de uma ou outra *commodity*, como o petróleo). Por outro lado, a concentração de sua produção nesses bens faz com que esses países se tornem importadores de outros bens industriais, e os serviços a eles associados (assistência, desenvolvimento tecnológico, *design*, propaganda e outros), fornecidos por empresas (de novo, corporações transnacionais) que podem fixar seus preços, dado o controle que têm sobre a tecnologia, a mídia, o poder financeiro e outras vantagens. Trata-se de uma velha e bem conhecida discussão, com uma roupagem nova. Aparentemente, o governo brasileiro não aceitou passivamente como cenário da negociação que o modelo liberal se cumpriria automaticamente, como se supunha antes, ou seja que, em um momento mais ou menos próximo, os frutos do processo de liberalização comercial apareceriam, com ganhos de eficiência e de uma inserção positiva para todos. Ao contrário, aceitando a posição colocada pelo modelo, de um exportador de *commodities*, quis negociar exatamente os ganhos dessa posição, evidenciando dessa forma uma posição muito mais pragmática do que a releve concordância ideológica com os supostos e conseqüências do modelo, como orientação geral para sua participação nos processos negociadores em que o país esteve ou está envolvido.

## Estratégia exportadora e política de negociações comerciais

A ênfase no comércio internacional, e mais do que isso, em áreas deste onde é aparentemente possível seguir obtendo ganhos no curto prazo (como o mercado de *commodities*), pode determinar um desenho de projeto de desenvolvimento econômico, mesmo quando este não esteja claramente esboçado.

A partir desta percepção, surgem três grandes perguntas: qual a natureza de um processo de funcionamento da economia derivado desse tipo de alavancagem, quais os efeitos desse processo no longo prazo sobre a sociedade brasileira, e qual o fôlego que pode ter tal processo em um país como o Brasil.

Provavelmente não há uma resposta segura a todas essas indagações. Entretanto, cabe considerar alguns elementos que podem ajudar a refletir um pouco, especialmente sobre os efeitos sociais.

O primeiro, e importante, é a contradição entre a produção de um saldo exportável de produtos de consumo alimentar e uma população com carências alimentares. Não estamos aqui falando de uma cesta de produtos exportáveis composta de frutas exóticas, vinhos ou carnes suntuosas, mas de produtos básicos de alimentação, como soja, milho, carne bovina e de aves, cítricos e outros.

Ou seja, existe em algum grau contradição entre a expansão da exportação dessa cesta de produtos básicos de alimentação e a expansão da renda da população mais pobre, seja pelo crescimento econômico puro e simples, seja pela redistribuição de renda. No curto prazo, políticas de crescimento que acelerassem o incremento da renda da população de mais baixa renda, permitindo a elevação de seus padrões alimentares, poderiam ter como consequência a redução de excedentes exportáveis, para atender a esse aumento da demanda interna.

Além disso, e por outro lado, a transformação da quase totalidade da grande produção agrícola comercial em *commodities* exportáveis provoca uma vinculação entre preços (em moeda nacional) no mercado interno e preços (em divisas) no mercado internacional, que faz com que variações positivas de preços no mercado internacional, com impacto positivo sobre a receita das importações, tenham impacto negativo sobre a renda real da população mais pobre, que vê seu poder de consumo diminuir nesses casos. No momento atual se fala inclusive em uma “globalização da inflação”, exatamente pelos efeitos da liberalização comercial, e das baixas inflações nacionais, que fazem com que os reflexos das altas de preços motivadas pelo comércio internacional sejam mais visíveis no interior dos vários países.

Outro efeito, que decorre da inserção internacional baseada em produtos de baixo conteúdo tecnológico, é a pressão por uma “espiral” de redução dos custos da mão-de-obra, seja remuneração sejam outras conquistas e/ou direitos legais dos trabalhadores, vistos apenas como custo. Se em uma economia menos dependente da dinâmica do comércio internacional e menos exposta aos movimentos desse comércio, incrementos de renda dos trabalhadores são transformados dinamicamente em aumento do volume de vendas – gerando aumento da produção em uma trajetória virtuoso – em uma economia exposta às exportações de outros países e dependente de uma dinâmica exportadora, aumentos de renda dos trabalhadores e/ou de seus direitos e conquistas passam a ser vistos principalmente como novos aumentos de custos, que dificultam a capacidade de competição das empresas.

O que pode parecer uma complicada discussão de economistas é traduzida na linguagem empresarial sobre o aumento do “custo Brasil” como mais um argumento contra as conquistas dos trabalhadores. Em um país com os padrões desastrosos de concentração da renda nacional como o Brasil, curiosamente a inserção internacional pela via da ampliação dos fluxos de comércio introduz mais um elemento contrário à melhoria da remuneração da população trabalhadora em geral e à obtenção de conquistas nos setores mais organizados, que têm poder de negociação – ou seja, a redução da chamada “competitividade” de nossos

produtos, especialmente aqueles de mais baixo conteúdo tecnológico, devido ao impacto do custo da mão-de-obra no valor final dos produtos.

É preciso considerar ainda a questão ambiental, e os efeitos da estratégia exportadora sobre os recursos naturais do país. Parte desta estratégia está baseada na possibilidade de uso intensivo dos recursos naturais do país. Grande extensão de terras potencialmente agricultáveis, disponibilidade de extensões territoriais a baixo custo, abundância de água em grande parte do território, sol durante todo o ano, e pouca ou nenhuma ocorrência de catástrofes naturais são uma inegável vantagem competitiva do país, além da ocorrência de recursos minerais que a própria extensão territorial torna possível.

Porém, o uso intensivo visando o comércio internacional de parte importante desta potencialidade competitiva implica degradar em curto espaço de tempo uma situação peculiar que poderia permitir tranquilidade às gerações futuras em um mundo onde esses recursos terão cada vez mais valor. Ao exportar recursos minerais ou produtos agrícolas, estamos exportando também esses recursos naturais, já que muito dessa produção exportável embute água, terra, recursos energéticos fornecidos a preços baixos para viabilizar a capacidade dinâmica das exportações.

Os efeitos destrutivos da construção de barragens para a produção de energia mais barata, ou exploração mineral em grandes extensões territoriais do Brasil são apenas um exemplo. Talvez o mais gritante no período recente seja a expansão da grande agricultura comercial sobre as áreas de parques e florestas, sobre as formas de produção e de viver mais tradicionais no interior brasileiro, impulsionadas pelo dinamismo do padrão de inserção comercial internacional do país, especialmente em produtos como soja, algodão e bovinocultura, que provocam aspectos negativos do ponto de vista ambiental e da segurança pública, com o aumento da violência causado pela expansão dessas culturas na fronteira agrícola no Norte, Centro-Oeste e Nordeste do país. Isso além do efeito de longo prazo que a expansão da grande agricultura comercial tem sobre a concentração de terra e o agravamento dos problemas sociais e de violência no campo brasileiro.

A tentativa oficial de coordenar em um projeto de desenvolvimento os interesses expansivos e ofensivos da grande agricultura comercial de exportação com um modelo que torne ao mesmo tempo viável e dinâmica a agricultura familiar é muitas vezes inviabilizada pelo próprio dinamismo econômico da grande agricultura comercial voltada às exportações, tão importante para a estratégia de geração de grandes superávits comerciais de curto prazo no país.

A insistência em uma inserção exportadora de baixo conteúdo tecnológico deve ser vista também pelos efeitos que pode ter sobre as prioridades da educação e do impulso ao desenvolvimento de geração de tecnologia e conhecimentos no país. Efetivamente, se pode ser vista como uma estratégia, é de natureza absolutamente perversa do ponto de vista de pensar as prioridades e a definição de uma estratégia de educação para o país. Isso não apenas porque esse tipo de opção de crescimento depende pouco da população com maior escolaridade – porque não se pretende desenvolver uma capacidade própria intensiva de geração de conhecimento e tecnologia, já que esse tipo de estratégia demanda muito pouco nessa área e parte dos “pacotes” tecnológicos são importados – mas também porque sua própria dinâmica tem baixa capacidade de inclusão da população nacional no sistema educacional formal, o que não quer dizer que isso não possa ser feito por uma decisão política.

Para além dessa questão, a baixa prioridade à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia nesse padrão de inserção internacional requer poucos investimentos nessas áreas e gerando poucas oportunidades de trabalho em uma área potencialmente nobre que seria a de desenvolvimento de tecnologia e ciência.

A insistência em uma estratégia comercial internacional ofensiva nos fóruns internacionais de discussão, a exemplo da OMC, como parte da estratégia de ajuste do setor externo nacional e de contornar os estrangulamentos da vulnerabilidade externa da economia brasileira, se de um lado configura a definição de uma estratégia de desenvolvimento, por outro baseia-se em elementos do que poderíamos chamar de uma competitividade perversa pelos seus efeitos sociais, ambientais e no mundo do trabalho no país.

Um modelo de desenvolvimento implícito?

As opções tomadas nos processos de negociação em que o Brasil está ou esteve envolvido (tendo sido a ALCA um dos mais importantes) e que privilegiam os interesses da grande agricultura comercial de exportação, vinculam-se, ao menos passivamente, a uma estratégia possível de integração que reforça a manutenção da subordinação aos centros econômicos hegemônicos e às empresas a eles vinculadas. Tais opções dificultam, se não inviabilizam, estratégias alternativas de desenvolvimento que têm como objetivo ou motor o combate à exclusão social e o atendimento de demandas da maior parte da sociedade: a população trabalhadora.

A partir do governo Lula, entretanto, essa estratégia que mantém o privilégio dos interesses do grande agricultura comercial exportadora não ocorre sem conflitos, na medida em que faz parte também da estratégia do novo governo contemplar, no conjunto de interesses a serem levados em consideração no processo negociador, as possibilidades de obter margem de manobra para maior autonomia da estratégia nacional de desenvolvimento e a incorporação de alguns dos interesses da agricultura familiar na estratégia de integração internacional. A incorporação desses novos elementos às preocupações dos negociadores brasileiros amplia as contradições da estratégia negociadora brasileira, mas ao mesmo tempo dá a esta uma extensão de argumentos e maior mobilidade, em um cenário de múltiplos e simultâneos processos negociadores.

A escolha da estratégia exportadora como a opção de contornar as restrições externas pode não ser definitivamente uma estratégia de desenvolvimento, mas vai esboçando efetivamente um desenho de política de crescimento, que pode ter fôlego curto em um país das dimensões do Brasil, mas que quando levada adiante tem importante influência nas definições sobre as posições negociadoras brasileiras nos processos em que o país está envolvido, particularmente as da Organização Mundial do Comércio. Cristalizadas na

forma de acordos, podem ter efeitos de longo prazo sobre os desenhos da economia e da sociedade brasileira.

Conforme tentamos argumentar anteriormente, as conseqüências seriam bastante complicadas do ponto de vista de pensar uma sociedade e uma economia menos desigual e mais justa. O mesmo ocorreria em relação aos efeitos que podem ser imaginados sobre o futuro de indicadores ambientais, educacionais, de padrões de remuneração e relações de trabalho e de saúde no país, entre outros.

O dinamismo de uma inserção comercial internacional baseada em produtos de baixo conteúdo tecnológico e intensivos em recursos naturais e ambientais é contraditório com a definição de um projeto de desenvolvimento que se queira capaz de gerar um dinamismo próprio, baseado na expansão do mercado interno e na ampliação da inclusão social. Esses são elementos fundamentais sobre os quais deveríamos nos debruçar, pois nem sempre ficam claros, quer para uma sociedade que às vezes parece ansiosa por uma busca de dinamismo econômico a qualquer preço, quer para um bloco de forças políticas que chega ao poder e tem de governar com estratégias de desenvolvimento em disputa.

Exatamente neste último ponto reside o perigo de, pelo pragmatismo de decisões tomadas por um elemento que deveria ser apenas um dos componentes da estratégia geral de desenvolvimento, se possa desenhar a estratégia geral com todos os riscos embutidos. A parte definindo o todo, e condicionando, a partir da estratégia de inserção comercial, todos os elementos de mudança de uma sociedade, teria desta forma mais uma vez domadas as suas forças que buscam a transformação social e econômica pela imposição de supostas necessidades pragmáticas.

Apontar esse perigo permite recompor a capacidade de pôr na ordem do dia novamente a discussão clara e explícita de qual o projeto de desenvolvimento se quer construir. Permite retomar a disputa dos projetos que, pelo menos no que até agora foi explicitado pelo governo, seguem em disputa. Permite ainda pôr a questão do comércio internacional e as definições macroeconômicas ou diplomáticas que sobre ele são feitas dentro dos marcos de

um projeto mais geral de país, do qual ela é apenas parte, e como tal deve ser pensada em relação ao conjunto da estratégia de desenvolvimento.

Pensar desta forma permite identificar graves problemas potenciais nas definições feitas hoje nos processos negociadores nos quais o país está envolvido, particularmente a OMC, e nas dramáticas conseqüências que tudo isto pode ter sobre o futuro do país e seus indicadores de desenvolvimento.

Essa estratégia, se é para ser vista enquanto tal, aparenta conter fortíssimas contradições com uma agenda social explícita do novo governo, e também, explicitamente a partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a agenda econômica. Por isso é necessário recolocar as questões dessa agenda como centro das preocupações, e a inserção comercial internacional como uma componente a tornar possível efetivar no futuro essa agenda social, e não inviabilizá-la.

#### Limites e desafios

A definição implícita de um modelo de desenvolvimento a partir da inserção exportadora parece definir os rumos gerais da política de comércio exterior do país. O que acaba definindo também as políticas referentes às negociações comerciais nas quais o país vai se envolvendo, individualmente ou como parte de blocos – como o Mercosul – e coalizões, como o G-20 (bloco de países envolvido nas negociações da OMC, no qual o Brasil participa).

Isso é bastante complicado, pois acaba vinculando diretamente a participação no Brasil em vários processos de negociação comercial, e os seus negociadores, aos interesses dos principais exportadores, especialmente a grande agricultura comercial de exportação, aos produtores de produtos agrícolas processados, e às mineradoras e indústrias associadas ao processamento de minérios. Portanto, a interesses restritos dentro da complicada estrutura social brasileira, mas evidentemente poderosos do ponto de vista exclusivamente econômico.

Entretanto, existem ao menos quatro elementos importantes que operam no sentido de contrarrestar de alguma forma esse tipo de posicionamento da diplomacia comercial brasileira.

O primeiro, que deveria ser levado em consideração especialmente neste momento, é que existe uma demanda de longo tempo na sociedade brasileira pelo crescimento econômico (e, para vários setores, mais adiante do que isso, demandas pela “qualidade” do crescimento, isto é, a velha discussão sobre o desenvolvimento, o crescimento como forma de viabilizar o atendimento dos direitos da população, especialmente da população mais pobre e excluída). E, como adiantado, o modelo exportador tem limitada capacidade de transmitir dinamismo para o restante da economia, de alavancar crescimento acelerado. E, neste momento, isto parece que não é somente expressão de desejo do governo, mas aparece materializado como política de governo no Programa de Aceleração do Crescimento. Assim, passa a existir uma contradição entre dois distintos objetivos de governo, e isso dá margem ao debate.

O segundo elemento é que as conseqüências das posições tomadas nas negociações comerciais não se materializaram, na medida em que nenhuma das negociações mais importantes em que o país está envolvido chegaram a seu término, mas é importante observar que alguns setores importantes de apoio ao atual governo, ou pelo menos importantes para a sua vitória eleitoral no ano passado, como a agricultura familiar e o movimento sindical ligado ao setor industrial, poderiam ser fortemente prejudicados, por dificuldades crescentes para funcionar, ou pela redução da atividade e conseqüente desemprego, pelo “sucesso” de algum desses processos de negociação, caso levado a termo. Assim, essa outra oposição prática aos resultados de uma negociação levada adiante e concluída com os parâmetros atuais não pode ser desprezada pelos seus eventuais impactos políticos e sociais.

O terceiro elemento diz respeito à política de transparência em relação às organizações da sociedade brasileira sobre os conteúdos e as formas dos processos negociadores em que o Brasil se vê envolvido. O atual governo, desde sua primeira posse, em 2003, se

comprometeu com a transparência nas ações de governo. Como visto aqui antes, essa transparência, ao menos nos casos das negociações comerciais, muitas vezes se confrontou com a pressa ou a estratégia de tentar concluir alguns dos processos negociadores (talvez o recente exemplo das tentativas de reanimar e fechar as negociações da Rodada de Doha da OMC sejam o melhor exemplo neste sentido, posto que capitaneados pelo próprio ministro de Relações Exteriores). Neste sentido, mais uma vez, as tentativas de chegar a um termo nos processos negociadores parecem se confrontar com os compromissos de transparência (talvez porque de alguma forma o fechamento dos processos negociadores, nos termos colocados, implicam perdas para vários setores que, se não tem capacidade para definir uma agenda dos conteúdos da negociação, talvez tenham forças para formar coalizões de forças que possam resistir ao fechamento de negociações que indiquem prejudicá-los de alguma forma). Por isso, esse é mais um elemento importante a ser levado em consideração, especialmente por definir mais amplamente uma relação entre governo e organizações da sociedade, que tem relações ainda por serem mais formalmente estabelecidas.

Finalmente, existe um componente que por vezes coloca em confronto as estratégias específicas voltadas às negociações comerciais no sentido estrito, e as estratégias de integração regional em uma escala mais aprofundada. O discurso de setores do empresariado confrontando uma estrutura em construção e frágil, como o Mercosul, e a possibilidade de conclusão de processos negociadores nos quais o Brasil se encontra envolvido é só um exemplo desse tipo de contradição. Assim, levando em consideração que os processos de integração regional (e aqui, deve ser levada em consideração mais de perto a algumas vezes explicitada agenda de relações e integração Sul-Sul da diplomacia brasileira) envolvem não só interesses políticos nacionais estratégicos, quando e onde eles existam, mas também interesses importantes de setores do empresariado nacional interessados estrategicamente nos ganhos que esses processos de integração regionais podem colocar a sua disposição para negócios, integração de cadeias de produção e fornecimento de insumos importantes, aproveitamento de extensão territorial e recursos naturais, etc., eles não devem ser desprezados. E não devem ser desprezados exatamente no que pode colocá-los em confronto com negociações comerciais que caminham por uma

perspectiva mais voltada simplesmente para a obtenção ampliada de acesso a mercados. Portanto, esse elemento que diz respeito ao processo de integração pode ser em parte acoplado ao plano das negociações comerciais, mas pode ser também colocado em conflito com esses mesmos processos, a depender de seus conteúdos.

Portanto, esses elementos dão uma noção importante de elementos que podem servir para, de alguma forma, contrabalançar a estratégia negociadora até aqui levada adiante nas negociações comerciais em que o país se achou envolvido neste último período. O que faz com que essa estratégia não seja exatamente de fácil compreensão, e por vezes pareça se mexer de forma sinuosa, apesar da explicitação de objetivos razoavelmente claros. Embora direcionada e assentada em interesses econômicos e objetivos macroeconômicos poderosos, com os reflexos de sustentação política que isso dá, ela não está livre de forças que podem de alguma forma funcionar como vetores em outros sentidos, e por isso mesmo a resultante da ação nem sempre seja tão clara, e tão evidente, especialmente ao final dos processos, quando talvez as perdas eventuais com a conclusão dos processos negociadores comecem a ficar tão ou mais claras quanto os ganhos alardeados no início desses processos, pelos setores mais diretamente por eles interessados.

---

\* Economista, Técnico do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos, e assessor da Secretaria Executiva da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.